ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

---------- Mandato 2017/2021 ----------

---------- ATA NÚMERO TRÊS ----------

---------- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro, do ano dois mil e dezoito, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, sob a presidência do membro Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel, coadjuvado por Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto, 1.ª Secretária e por Maria da Assunção Gouveia Bártolo Matias, 2.ª Secretária ----------

---------- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-

---------- Pedro Alexandre Morais dos Santos; Artur Manuel Pires; João Carlos Alves Valério; Eurico Manuel Evaristo Trigo; Jóni Micael Bento Ledo; Hernâni Joaquim Vilares Teixeira; Ânia Raquel Dionísio Teixeira; Filipe Azevedo Teixeira; Emílio José Meireles Almendra. ----------

---------- Faltou à reunião o membro da AM Michel Lima Monteiro;. ----------

---------- Estiveram também presentes na sessão, os seguintes Presidentes de Junta: -----

---------- Frederico Macedo Teixeira; João Jorge Gouveia Garcia; António João Barros Rodrigues, Manuel António dos Prazeres Madureira; Tiago José Felizardo Martins; Fernando Augusto Silva Brás; Armindo António Olmo; Alípio Alberto Monteiro Fernandes; José António dos Santos Ferreira; Fernando Amílcar dos Santos Passeira; Carlos José Almeida Seixas; Justino Manuel Bernardo dos Santos; António Abel Fraga. --

---------- O Presidente da União de Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas, Joaquim Filipe Frutuoso Correia, foi legalmente substituído pela secretária, Maria Fernanda Trigo Neri Tabuada. ----------

---------- O Órgão Executivo esteve representado por: ----------

---------- Fernando Francisco Teixeira de Barros, Presidente da CMVF. ----------

---------- Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, Vice-Presidente da CMVF. ----------

---------- Abílio Batista Maia Evaristo, vereador do PS. ----------

---------- Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Vereador da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. ----------

---------- Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, Vereadora da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. ----------

---------- Constada a existência de Quórum, o Presidente da Assembleia, declarou aberta a terceira Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. ----------

---------- **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** ----------

---------- Não houve intervenções. ----------

---------- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- TOMADA DE POSSE DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA ----------

---------- **O Presidente da AMVF** chamou a senhora Berta Augusta Teixeira de Vilhena Carneiro de Carvalho a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal, representante do Partido Socialista, em conformidade com o disposto no artigo quadragésimo quarto, da Lei n.º 169/99, de 18 setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedendo assim à instalação do único Membro da Assembleia Municipal do Município de Vila Flor, que até hoje não havia tomado posse. ----------

---------- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- **PONTO UM: EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E APROVAÇÃO DA ATA DA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E DA ATA N.º 1 DO MANDATO 2017/2021.**----------

---------- **O Presidente da AMVF** colocou a Ata número um, Ata da tomada de posse a votação. ----------

---------- **Votação:** A Ata foi aprovada por unanimidade. ----------

---------- **PONTO DOIS: TRATAMENTO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA NATUREZA NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO.** ----------

---------- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** começou por cumprimentar a mesa e todas as bancadas parlamentares, e de seguida apresentou à mesa, uma moção (Anexo I) do Instituto do Mar e da Atmosfera, relativo à monitorização da evolução das situações de seca meteorológica. Solicitou que se desse

conhecimento à CIM, à Assembleia da República e ao Ministro da Agricultura, como forma de sensibilização das autoridades competentes. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** começou por cumprimentar todos os presentes. Referiu que a moção apresentada pelo membro da AM Artur Pires é oportuna devido à seca que se faz sentir. Mostra-se preocupado com a agricultura, com os animais, com os munícipes em geral. Indica que os Municípios têm o dever de, junto do governo, avançar com as medidas necessárias para evitar este flagelo. Referiu que o Presidente da CMVF, deve pegar neste assunto como uma prioridade. ----------

---------- **O Presidente da AMVF** mencionou que na última seca, tivemos a visita da atual líder de um partido político, a doutora Assunção Cristas, que disse, "Olhemos para o Céu e peçamos a Deus chuva." No entanto, indica que hoje existem outras possibilidades e uma delas é através das Assembleias Municipais, fazer mais do que pedir chuva. Refere que este problema não é só no nosso Concelho, mas também por todo o país e também pela Europa. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** começou por cumprimentar todos os presentes, e deu as boas vindas ao membro da AM Berta Carvalho. Regista com agrado esta moção, que subscreve na íntegra e que ainda poderá acrescentar alguma coisa. Compromete-se a, junto da CIM-TTM, (Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás os Montes) fazer força junto do governo para tomar medidas. Deu conta da situação dos regadios que abastecem o nosso Concelho, indicando que a barragem da Burga, está com quarenta e um por cento da sua capacidade, Santa Justa com sessenta e um por cento, o Salgueiro com cem por cento e o Arco/Ribeiro Grande com cem por cento. Refere que estão também, junto do Ministério da Agricultura, na barragem do Salgueiro, a trabalhar na melhoria da estação elevatória, para melhor servir o Concelho. ----------

---------- **O Presidente da AMVF** colocou a Moção a votação. ----------

---------- **Votação:** A Moção foi aprovada por unanimidade. ----------

---------- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** entregou duas moções à mesa. A primeira moção, relativa à Instalação de uma mina de urânio a céu aberto em Retortilho – Espanha, (Anexo II) que irá afetar a zona Norte, principalmente o Concelho de Almeida, que se situa na Guarda. ----------
A segunda moção (Anexo III), tem a ver com a regularização dos vínculos precários dos Municípios, onde contém algumas recomendações da AM à CMVF. ----------

---------- **O Presidente da AMVF** colocou a primeira Moção (Instalação de uma mina de urânio a céu aberto em Retortilho – Espanha) a votação. ----------

---------- **Votação:** A Moção foi aprovado por maioria, com as abstenções do Presidente de Junta de Freguesia de Vilas Boas, António Abel Fraga e dos Membros da AM da bancada do PS, João Carlos Alves Valério e Eurico Manuel Evaristo Trigo. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** refere que a sua bancada votou favoravelmente a Moção, por solidariedade. Mas deixa uma nota, onde indica que o futuro caminha para os carros elétricos, mas quando é preciso ir buscar o Urânio à terra, já não queremos. Menciona que, se não fosse por solidariedade, teria votado contra e teria feito uma justificação, pois não se pode ter carros elétricos sem urânio. ----------
No que diz respeito aos vínculos precários, questiona o Presidente da CMVF sobre quantas pessoas se encontram nestas condições em Vila Flor e o que tem em mente para resolver esta situação. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** começa por dizer que estão atentos a todas as situações. Refere que existem duas listas, a do pessoal afeto ao Município e a do pessoal que herdou do Ministério da Educação. Disse que este processo terá de ser feito através de concurso. E nesta situação poderão concorrer todos aqueles que reunirem condições para o efeito. Indica que o Jurista do Município está a tratar dessas situações juntamente com a parte administrativa e solicita a intervenção do Jurista Dr. Tiago Morais a prestar esclarecimentos sobre a situação. ----------

---------- **O Jurista do Município, Dr. Tiago Morais** disse que relativamente à portaria, esta continha alguns lapsos, nomeadamente no PREVPAP. Indica que este foi um método de resolução dos precários da Administração Central e não da Administração Local. O que esta portaria prevê é que, todas as pessoas que tenham trabalhado de um de janeiro a quatro de maio, e tendo exercido funções nos três anos anteriores, podem estar previstas para a regularização. No caso da CMVF, tem muitos trabalhadores a tempo parcial, o que não satisfaz o tempo completo. Isto significa que a CMVF e a AM teriam de aprovar um novo mapa de pessoal, onde teriam de dar emprego a cerca de vinte pessoas, para depois incluírem nesta portaria. Chama a atenção de que, para se abrir concursos, tem que se pensar nos métodos de seleção a aplicar, para não correr o risco de aparecerem um número indeterminado de pessoas para uma vaga, nomeadamente de pessoas de outros municípios. Referiu também que, as pessoas contratadas em protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, também poderão estar englobadas nesta seleção, o que implicaria um aumento muito significativo nas contas do Município, pois neste momento, a CMVF apenas paga vinte por cento do IAS (Indexante dos Apoios Sociais) e o subsídio de alimentação, o que perfaz uma despesa de cerca de cento e cinquenta a cento e setenta euros por trabalhador. Mencionou também que o Município pode optar por contratar ou não as pessoas que se encontram nestas situações, tudo depende das necessidades do Município. Refere que se está a fazer um levantamento de todas as situações e a ser analisada cada uma detalhadamente. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** felicita o governo por ter tomado esta decisão. Quis deixar claro que estão a trabalhar todos os casos, a fazer o levantamento de todas as situações, de forma a poder abranger o maior número de pessoas. Assinala que mais vale andar devagar, mas fazer as coisas da forma mais correta. ----------

---------- **O Membro da AM João Valério (PS)** começou por cumprimentar todos os presentes. Em relação à primeira moção, indica que a abstenção pautou apenas pelo facto de apesar de acompanhar a situação, existir falta de informação. Seriam precisos mais dados concretos da situação para a poder analisar. ----------
Em relação à segunda moção, indica que após os esclarecimentos, parece que o executivo está a cumprir com a lei e parece que o processo está a decorrer com o quadro legal. ----------

---------- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** vem esclarecer que esta Moção é apenas uma recomendação à CMVF para que cumpra a Lei e para que esclareça qual o número de precários existentes no Concelho de Vila Flor. ----------
Em relação à Moção de Retortillo, disse que é um aviso para que se tomem providências antes que a mina avance, porque depois já não haverá nada a fazer. ----------

---------- **O Membro da AM Pedro Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** relativamente ao assunto dos precários, disse que não pode o executivo, ter algum receio de tocar neste assunto com medo de para uma vaga aparecerem cinco mil interessados. Refere que é uma situação que irá existir sempre. Mencionou que já foram aprovadas nas duas últimas reuniões de AM a alterações ao mapa de pessoal e que de uma forma ou de outra, o executivo deve avançar com este assunto. Dando o exemplo da Câmara Municipal de Mirandela, indica que em tempos possuía cerca de duzentos trabalhadores e que passado uns tempos passou a ter mais de trezentos. O princípio até poderia ter sido populista para ganhar as eleições, o que é certo, é que esta geração que ficou empregada, quase todos eles solteiros e sem filhos, hoje vivem todos em Mirandela, casaram, constituíram família e vivem na sua terra. É este o exemplo que quer dar, para agarrar os filhos da casa, pois se fosse autarca, faria o mesmo. ----------
Quis deixar uma nota à mesa, para que da próxima reunião fosse avisado com mais antecedência. Referiu que terá que se ausentar, não por outro motivo, apenas por motivos profissionais. ----------

---------- **O Membro da AM Hernâni Teixeira (PS)** disse ser claramente contra o trabalho precário, no entanto sabe que esta situação não se irá resolver já, o que interessa é que sejam dados os primeiros passos. ----------
Quis dar os parabéns ao grupo parlamentar do PSD, pelo congresso da eleição de Rui Rio. Vê com bons olhos esta eleição, pois acha que irá haver mais diálogo com este presidente do que com o anterior. Enquanto Presidente da Câmara Municipal do Porto, sempre defendeu a descentralização e a regionalização. Espera que agora se criem condições para que este assunto volte a ser discutido nas Assembleias Municipais. ------

---------- **O Membro da AM João Valério (PS)** diz não se importar que o membro da AM do BE faça comentários à sua declaração de voto. Refere que irá votar contra, porque na Moção menciona recomendar o executivo que cumpra a Lei. Esclarece que dá a sensação que o executivo não está a cumprir a Lei. Porque em relação aos precários, está completamente de acordo com a sua resolução e com as medidas tomadas. --------

---------- **O Presidente da CMVF** referiu que ficou clara a posição do executivo em relação ao assunto dos trabalhadores precários, ficou claro que estão a apurar o número de precários que estão enquadrados no âmbito da Lei. Obviamente que irão cumprir a Lei, numa visão mais alargada, mas sempre dentro dos parâmetros da Lei. Quando se trouxe os lugares do mapa de pessoal em aberto nas Assembleias anteriores, já se estava a pensar em resolver alguns assuntos, no entanto, foram surpreendidos por esta nova Lei e tiveram que repensar todo este processo. A isso, se deve o facto de nesta AM, o executivo, não ter trazido a abertura de novos procedimentos concursais. Mas é preciso ter em consideração que quando aumentamos a mão-de-obra, aumentamos a despesa em cerca de sessenta por cento. Devemos fazê-lo para criar trabalho, mas com a respetiva ponderação para não hipotecar o futuro. Não irá tecer comentários em relação à Câmara Municipal de Mirandela, mas sublinha que conhece bem a situação financeira desta Câmara e sabe muito bem as dificuldades que passaram. ----------
Indica que assim que tenha os números dos trabalhadores que se encontrem nesta situação, esses irão ser conhecidos. Os técnicos do Município estão a analisar todo este processo e irão propor ao Presidente da CMVF, ao qual só lhe compete dar o respetivo seguimento. Quis felicitar este governo por ter criado as condições para acabar com o trabalho precário. ----------

---------- **O Presidente da AMVF** colocou a Moção sobre o processo extraordinário de todos os vínculos precários do Município (Anexo III) a votação. ----------

---------- **Votação:** A Moção foi reprovada por maioria, com catorze votos contra, uma abstenção e dez votos a favor. ----------

---------- **O Membro da AM Berta de Carvalho (PS)** fez uma declaração de voto onde referiu ter votado contra, não porque não se identifique com o espírito da proposta, mas porque a explicação que ouviu do executivo camarário a levou a considerar que seria extemporâneo tomar decisões acerca de algo que está a ser trabalhado com ponderação no sentido de integrar o maior número possível de trabalhadores. ----------
Na sua intervenção referiu que esteve afastada por motivos de força maior, mas que nunca deixou de se preocupar com Vila Flor, que leu as atas das reuniões em que não esteve presente e anota que Vila Flor tem progredido, salientando os projetos para o regadio da Vilariça e a Barragem Redonda das Olgas, como produto do esforço do executivo camarário. Fez votos de trabalho e empenho e mostrou esperança no progresso e na melhoria das condições de vida dos Vilaflorenses. Mencionou que a população de Freixiel e do Vieiro reconheceu nas urnas o trabalho do executivo e votou no seu futuro e desenvolvimento. Deixa um alerta à administração do Parque Natural Regional do Vale do Tua para a defesa contra os incêndios e contra os predadores do meio ambiente e dos recursos da Natureza, pedindo dois guardas-vigia para cada um dos Municípios que o integram e também a sensibilização das populações para estes temas. Abordou a problemática da falta de água que assola o país e a região, bem como a má qualidade de algumas linhas de água e o abandono da estação de Abreiro (juntando fotos que se apresentam no anexo IV desta ata). Pergunta como está a situação desta estação e se será altura de a designar: Estação de Vieiro-Abreiro. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** Começou por falar no regadio da Vilariça, dizendo que as reservas de água existentes não são as que todos desejaríamos, mas denota esperança no potencial de recuperação destas. Mencionou problemas com a Estação Elevatória de Santa Justa e abordou a questão da candidatura de uma barragem em Santa Comba que obteve parecer negativo apesar de todos os esforços. Contou também que o Ministro da Agricultura lhe sugeriu aplicar o dinheiro que seria canalizado para esta barragem na Estação Elevatória do Salgueiro, que pertence a Alfândega da Fé, mas que rega a Vilariça e boa parte de Vila Flor, tendo obtido concordância imediata. Afirmou que em regadio, Vila Flor "dá lições" há muitos anos. Cita a Barragem de Valtorno – Mourão, a requalificação dos regadios da Burga e do Salgueiro e a construção das barragens de Santa Justa e do Arco – Ribeiro Grande e seus regadios como exemplos disso. Referiu o investimento de quatro milhões de euros da empresa Symington no Concelho como mais uma prova do bom trabalho nesta área. Salientou o empenho no projeto da Barragem Redonda das Olgas, onde apesar de muitas adversidades, se atingiu o objetivo de ver o financiamento aprovado, informação adiantada em conversa particular com Ministro da Agricultura. Disse que o Concelho está no caminho certo e que a Terra Quente Transmontana tem que estar dotada de um bom sistema de regadio. Realçou que ficam ainda duas linhas de água virgens para qualquer eventualidade. Fez uma referência especial ao Eng. Morais Barroco, autor do estudo hidrológico (tecnicamente muito bem feito) da Barragem Redonda das Olgas, deixando também uma palavra de apreço ao Eng. Campeã da Mota, propondo que a Assembleia Municipal de Vila Flor lhes preste homenagem pelos seus contributos. ----------

---------- **PONTO TRÊS: INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 2, DA ALÍNEA C, DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO.** ----------

---------- **Atividade Municipal** ----------

---------- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** Abordou a questão da limpeza das bermas das estradas municipais, perguntando o que é que o Executivo tenciona fazer em relação a este assunto. Perguntou também o que irá a Câmara Municipal fazer no caso dos proprietários de terrenos incumpridores. Aproveitou, também, para perguntar o nível de reserva das barragens do Peneireiro e de Valtorno – Mourão. Questionou se a ciclovia está quase pronta, afirmando que, segundo a sua opinião, esta lhe parece ser um pouco "agressiva" em caso de despiste, sugerindo algo como uma grade para minimizar as lesões nos potenciais utilizadores. --

---------- **O Presidente da JF de Vale Frechoso – José Ferreira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** informou os presentes do orgulho, responsabilidade, humildade e espírito de missão com que assume a sua nova função. Abordou a questão da água dizendo que no início da tarde não tinha água em casa, sem que ninguém lhe tivesse dado nota de qualquer corte. Afirmou que Vale Frechoso tem problemas, não com a quantidade, mas com a qualidade da água, pois esta, de tempos a tempos, é barrenta, castanha, não servindo os interesses da população. Queixou-se que, apesar de o terem informado que Vale Frechoso iria ter prioridade na limpeza e higienização do reservatório, viu outras localidades aparecer à sua frente no calendário. Referiu que não

pede um novo furo, porque têm água com fartura. Informou que tem um terreno, cedido por uma pessoa da aldeia, para a construção de um novo reservatório num plano mais elevado. Sobre a questão das melhorias na antiga Escola, sugeriu a sua transformação num Centro de Convívio, para dar algum conforto às pessoas idosas da aldeia. Terminou citando Marcelo Rebelo de Sousa: "É preciso ter coragem de reinventar o futuro". ----------

---------- **O Membro da AM João Valério (PS)** informou a Assembleia de que esteve presente numa reunião da CPCJ, onde foi aprovado o relatório de atividades e onde ficou prevista a eleição de um novo presidente desta Comissão. Deu nota que também esteve, com o Presidente da Câmara Municipal, na inauguração do Centro Interpretativo do Vale do Tua, aproveitando a menção para perguntar a este se acha que todas as quinze medidas de compensação pela construção da barragem vão ser cumpridas. Terminou elogiando o Executivo pela presença no projeto "Junto à Terra", que envolve o Agrupamento de Escolas de Vila Flor. ----------

---------- **O Membro da AM Eurico Trigo (PS)** perguntou o que tem o Presidente da Câmara a dizer acerca da Organização dos Produtores Pecuários do Agrupamento de Defesa Sanitária. ----------

---------- **O Membro da AM Emílio Almendra (PS)** deu conhecimento à Assembleia de que esteve presente na reunião da Assembleia da CIM-TTM, a 12 de Janeiro de 2018, onde se aprovou o plano de atividades e o orçamento para o triénio 2018 – 2021. -------

---------- **O Presidente de JF de Valtorno – Carlos Seixas (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** perguntou quem são os manobradores das máquinas que o Município possui e manifestou preocupação sobre como fazer a limpeza dos caminhos e das bermas das estradas. ----------

---------- **O Membro da AM Ânia Teixeira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** referiu que na passada reunião de Assembleia questionou a verba atribuída à Associação Cultural e Recreativa de Vila Flor, salientando que o antigo Maestro da Banda cessou funções e que se demitiu da Direção desta Associação, deixando-a realmente com problemas. Congratulou-se por verificar que há problemas que se resolvem se forem apresentados nas reuniões de Assembleia, pois a Banda retomou recentemente a sua atividade. Abordou o assunto dos apoios à natalidade que é do conhecimento público e da comunicação social, mas não foi discutido, ainda, em reunião de Câmara ou de Assembleia. Afirmou que há Juntas de Freguesia que já atribuem estes apoios e questionou se é a Câmara que os vai atribuir ou só complementá-los. Por último, a propósito do Dia Internacional da Mulher, entende que não devia ser lembrado apenas por um concerto musical, mas ir mais além, dado o significado do dia. Sugeriu uma exposição fotográfica na entrada do Auditório Adelina Campos ou a projeção de filmes que recordem o sucedido aquando da origem deste dia, para que não se esqueça a desigualdade e a desumanização da mulher que ainda acontece nos dias de hoje. -------

---------- **O Presidente da CMVF** A propósito da questão do projeto de mobilidade do Tua, referiu que este tem barco, ancoradouros, operador, locomotiva, carruagens e

requalificação da linha, que havia sido encerrada, tal como outras no interior do país, por governos anteriores. Reforçou que a linha do Tua estava encerrada antes da construção da barragem, fruto dos acidentes ocorridos devido à má conservação da linha, à desadequação do equipamento em circulação e à queda de blocos. Disse que é neste cenário que aparece a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua e o respetivo Plano de Mobilidade, que tem enfrentado diversos entraves. O primeiro entrave foi ultrapassado, pois encontrou-se um operador com todos os meios necessários, pagos como medida de compensação pela construção da barragem (cerca de onze milhões de euros). Refere que a linha foi requalificada e garantiu que o troço entre a Brunheda e o Cachão está em muito melhores condições do que o troço, aberto ao trânsito, entre o Cachão e Mirandela. Indicou que o Estado exigiu três coisas para levantar a interdição de circulação na linha: Em primeiro lugar, saneamento das zonas que ameaçam deslizar entre a Brunheda e o Cachão, em segundo lugar, a instalação de um equipamento de deteção de movimentos de queda de blocos e em terceiro lugar, um investimento na requalificação do troço entre Cachão e Mirandela no valor aproximado de 3,5 a 3,7 milhões de euros, assumidos pela EDP. Disse que a desclassificação legal da Linha do Tua só tem a ver com a desvinculação da Rede Ferroviária Nacional, pois esta continua a ser propriedade e responsabilidade do Estado. Informou que os ensaios aos equipamentos começaram no mesmo dia em que a Assembleia estava a decorrer. Quanto à figura do Gestor das Infraestruturas, a Agência entende que deve ser o Estado Português, na qualidade de proprietário. Revelou que sempre acreditou neste projeto e mostrou convicção num desfecho positivo para este projeto indutor de riqueza e muito importante para a região. Referiu acreditar também, no avanço do projeto da Mobilidade Quotidiana. Relativamente ao nome da estação, reiterou que se designará Estação de Abreiro – Vieiro ou Estação de Vieiro – Abreiro. Destacou que os cinco Municípios têm de ser unidos e agregadores em prol da região. Em resposta ao membro da AM Artur Pires, relativamente ao tema dos incêndios, manifestou aflição como todos e disse que cabe aos proprietários a responsabilidade de limpar numa faixa de cinquenta metros, sendo que se estes o não fizerem, deverá fazê-lo a Câmara Municipal que, por sua vez, lhes debitará esse custo e ser-lhes-á levantado um processo de contraordenação. Apelou ao bom senso por parte de todos nesta questão. Revelou que uma equipa de sapadores se encontra em formação para melhor atuar nesta questão. Em resposta ao Presidente da JF de Vale Frechoso, referiu as várias obras que a Câmara Municipal fez na aldeia e, relativamente à questão da água, revelou que houve um problema, nessa manhã, que obrigou a uma descarga de fundo do reservatório da aldeia. Referiu que está disposto a fazer um novo furo, se assim se entender necessário e mencionou também que a questão de um eventual novo reservatório terá sempre de ser articulada com o projeto intermunicipal existente. Revelou que o principal problema é a qualidade da água e que a calendarização tem em conta os locais onde a água tem pior qualidade. Relativamente à melhoria das Escolas, diz que vai ser feita no tempo devido. No que respeita à citação do Senhor Presidente da República, diz que todos os dias temos de ser imaginativos, interventivos e abertos à mudança. Apelou a que todos visitem o Centro Interpretativo do Vale do Tua, bem como o Centro Interpretativo do Cabeço da Mina, em Assares. Respondendo ao membro da

AM João Valério, abordou os cinco grandes pilares do Vale do Tua, passando uma mensagem de otimismo e respondendo ao membro da AM Eurico Trigo, na questão da Organização dos Produtores Pecuários, afirmou que foi um processo complicado, mas, depois de colher muita informação e perceber que a OPP estava quase a sair de Vila Flor, tomou a decisão de indicar duas pessoas da Câmara Municipal, o Eng. António Neves e o Dr. Tiago Morais para, juntamente com a Direção, resolverem a questão, o que aconteceu. A OPP vai ficar em Vila Flor e os produtores ficarão com ela. Em resposta ao membro da AM Ânia Teixeira, referiu que a Associação Cultural e Recreativa de Vila Flor está a funcionar, apesar de atravessar uma fase mais problemática, como acontece com todas as associações. Espera que haja bom senso e que se aproveite o trabalho feito ao longo dos anos nesta associação. Informa que o Regulamento do Apoio à Natalidade foi proposto e será levado à Câmara, a discussão pública e à Assembleia Municipal. Falou sobre este tema à Comunicação Social porque foi desafiado para isso e até já o tinha feito aquando da campanha eleitoral autárquica. Quanto ao Dia da Mulher, a Câmara decidiu organizar um concerto dia nove para não prejudicar a economia local própria do dia oito. Quanto ao assunto referido pelo Presidente da União de Freguesias de Valtorno e Mourão, reforçou que vai fazer tudo o que for possível para que as máquinas trabalhem todas. Ressalvou que a responsabilidade de manter os caminhos é das Juntas de Freguesia e que a Câmara continua a manter a postura que tinha antes da alteração da Lei em dois mil e treze, tendo inclusivamente, adquirido recentemente um bulldozer. Reforçou que está sempre na primeira linha do combate aos incêndios e a dar apoio total aos que os combatem, pedindo a colaboração de todos, nomeadamente dos presidentes das juntas de freguesia, pois conhecem bem os terrenos das suas aldeias. -

---------- **O Membro da AM Ânia Teixeira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** quis apenas responder ao Presidente da CMVF, dizendo que não é a questão de ser no dia oito ou no dia nove. É a questão de fazer saber o porquê do dia da Mulher, pois entende que haja muita gente que não saiba as razões que levaram a que este dia seja celebrado.-

---------- **O Presidente da CMVF** diz que compreendeu a proposta do membro da AM Ânia Teixeira, que de facto é importante saber toda a história do dia da Mulher, das suas lutas, mas também é importante saber o que acontece ainda nos dias de hoje à mulher árabe, ou às crianças do sexo feminino em África, ou o que ainda há bem pouco tempo acontecia na China. Tudo isto é importante como história e não como uma medida contra o Homem. ----------

---------- **O Presidente da AM** deu conta de que na CMVF já há muitos anos que se homenageia a Mulher. Já homenagearam o sofrimento, o empreendedorismo, a solidariedade. Foram várias mulheres homenageadas ao longo dos anos. Referiu que não é só de agora que se quer homenagear a Mulher. É uma iniciativa que já começou há muitos anos atrás. Há todo um historial que marca este dia e que a CMVF não esqueceu. Indica que as pessoas andaram distraídas ao longo deste tempo. ----------
Deu também conta da informação dos encargos plurianuais aprovados pela Assembleia Municipal, (Anexo V). ----------

---------- **PONTO QUATRO: DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA EMPRESA LOCAL RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, SA PARA O MANDATO 2017-2021 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** ----------

---------- **O Presidente da CMVF** deu uma explicação acerca do assunto, dizendo que para renovar o contrato com o Fiscal Único da empresa Resíduos do Nordeste, EIM, SA, terá que ser aprovado em Assembleia Municipal das treze Câmaras Municipais dos treze Concelhos presentes na empresa. ----------

---------- **O Presidente da AMVF** colocou o ponto quatro a votação. ----------

---------- **Votação:** Foi aprovado por maioria, com abstenção de toda a bancada da Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP. ----------

---------- **O Membro da AM Olívia Martins (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** apresentou em nome da sua bancada parlamentar, a seguinte declaração de voto: "Entendemos que a Resíduos do Nordeste não geriu bem a questão implícita neste ponto, e subsistindo na nossa opinião inúmeras dúvidas e esclarecimentos que devem ser prestados, o nosso voto é de abstenção." ----------

---------- **O Presidente da CMVF** fez questão de mencionar que, neste processo, foi apenas um mero transmissor da decisão do Conselho de Administração. Disse ainda que não é porta-voz de nenhum interessado. ----------

---------- **PONTO CINCO: RENOVAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA FLOR E AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE VILA FLOR. - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** ----------

---------- **O Presidente da CMVF** prestou um esclarecimento relativo aos acordos de execução, mencionando a Lei 75/2013 relativo ao artigo 132, que prevê uma delegação de competências do Município nas Freguesias. Estas competências têm a ver com a limpeza urbana, requalificação de mobiliário urbano e limpeza dos recreios das escolas. É uma descentralização de competências, que ficam aos cofres da CMVF em mais de quinhentos mil euros. Referiu que no distrito de Bragança, só duas câmaras no mandato anterior, é que celebraram estes contratos. Às Freguesias, compete-lhes apresentar um relatório anual, mencionando o trabalho que foi desenvolvido. Solicitou assim, que estas renovações de acordos de execução fossem aprovados em AM. ----------

---------- **O Membro da AM Ânia Teixeira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** deu conta de que a bancada da Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP, votará a favor, visto que os Presidentes de Junta de Freguesia aceitaram estes acordos. No entanto, quis deixar um comentário para reflexão, onde diz que em quatro anos, as Juntas de Freguesia recebem cerca de quinhentos mil euros, enquanto que, nos mesmo quatro anos, AIN e MIC receberão setecentos e vinte mil euros. ----------

---------- **O Membro da AM Hernâni Teixeira (PS)** explicou que vê com agrado a renovação dos acordos de execução. Referiu que em relação ao dia da Mulher, gostaria que o membro da AM Ânia Teixeira, encabeçasse o movimento das mulheres, que

fizesse uma iniciativa importante e que chegasse à CMVF e pedisse uma ajuda financeira para o poder fazer. ----------

---------- **O Presidente da CMVF** quis tecer um comentário em relação à declaração de voto do membro da AM Ânia Teixeira, dizendo que sempre disse que o Cachão era um problema, mas que não o poderia meter debaixo do tapete. Se o fizesse, no futuro teria lá um problema enorme. Está-se a falar de Juntas de Freguesia, de descentralização, de apoio com um pacote financeiro, e a doutora Ânia Teixeira, vem falar dos problemas de uma empresa Intermunicipal. Refere que é completamente despropositada esta comparação. ----------

---------- **O Presidente da AMVF** colocou o ponto cinco a votação. ----------

---------- **Votação:** O ponto cinco foi aprovado por unanimidade. ----------

---------- Nada mais havendo a declarar, o Presidente da AMVF deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata. ----------

O Presidente da Mesa

(Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel)

1.º Secretário

(Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto)

2.º Secretário

(Maria da Assunção Gouveia Bártolo Matias)

ANEXO I

COLIGAÇÃO ACREDITAR PPD/PSD-CDS/PP

MOÇÃO

O Instituto do Mar e da Atmosfera tem vindo a efetuar a monitorização da evolução das situações de seca meteorológica, dando indicação mensal sobre o grau de severidade e produzindo uma antevisão da evolução, com cenários baseados em probabilidades de ocorrência de precipitação no médio prazo.

A 15 de fevereiro, uma parcela de 9% do país estava já em seca extrema. As reservas de água baixaram assustadoramente nas barragens.

Uma parte do interior norte de Trás –os –Montes encontra-se já em situação de seca extrema.

As culturas permanentes estão em claro declínio e seriamente ameaçadas. A vida dos animais pode correr perigo.

Face a este flagelo, a nossa bancada, solicita ao governo de Portugal medidas urgentes que minimizem os prejuízos dos agricultores e que patrocinem a atividade agro pecuária.

Desta moção deve ser dado conhecimento à CIM, à Assembleia da República, ao ministro da agricultura...

A bancada da coligação PPD/PSD-CDS/PP

ANEXO II

Bloco de Esquerda

Moção

Solidariedade intermunicipal com as populações do concelho de Almeida contra a Instalação de uma Mina de Urânio a Céu aberto em Retortillo - Espanha

Considerando que:

A) O Estado Espanhol permitiu à empresa Australiana Berkeley a exploração de urânio na região de Salamanca, junto às populações de Retortillo e Villavieja de Yeltes, a cerca de 50 km da fronteira portuguesa.

B) Esta decisão unilateral do Estado Espanhol compromete o território Português devido ao uso de um curso de água afluente do Rio Douro para as lavagens do minério para obtenção de urânio, mas também na qualidade do ar no nosso território, sobretudo no concelho de Almeida.

C) Portugal encerrou as suas minas de urânio em 2001 após um século em laboração. Esta produção resultou em problemas ambientais e de saúde pública muito graves como a morte por doenças oncológicas de inúmeros mineiros e familiares da ex-Empresa Nacional Urânio. Uma década depois ainda existem zonas por requalificar ambientalmente e ainda há muitas famílias afetadas por doenças provocadas pela exposição ao radão.

D) Portugal vê o seu território e as suas populações comprometidas com decisões unilaterais do Estado Espanhol, juntando a mina de Retortillo à Central Nuclear de Almaraz.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Flor, reunida no dia 26 de fevereiro de 2018 delibera:

1°.. Manifestar a sua solidariedade intermunicipal com as populações do concelho de Almeida contra a Instalação de uma Mina de Urânio a Céu aberto em Retortillo – Espanha, a cerca de 50 quilómetros de Almeida;

2°.. Enviar a presente moção ao Presidente da Assembleia Municipal de Almeida, ao Presidente da Câmara Municipal de Almeida, ao Presidente da Comissão de Ambiente da Assembleia da República, aos deputados da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação da Assembleia da República, Ministro do Ambiente e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Vila Flor, 26 de fevereiro de 2018

O Deputado,

ANEXO III

Bloco de Esquerda

MOÇÃO

Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município

A precarização do trabalho tem sido uma marca da degradação das relações laborais nos últimos anos. Não apenas no setor privado, mas também no Estado, disseminaram-se múltiplas modalidades de emprego precário e multiplicaram-se vínculos não permanentes, falsas prestações de serviço, utilização de estágios para preencher necessidades permanentes, formas de intermediação laboral precarizadoras, o recurso a programas ocupacionais para preencher, com um custo muito reduzido, verdadeiras necessidades permanentes dos serviços.

Também nas autarquias foi assim. O artigo 19º da Lei do Orçamento do Estado para 2016 determinou a realização de Levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na Administração Pública. O Relatório sobre esse Levantamento foi divulgado a 31 de janeiro de 2017, revelando a dimensão desta realidade. No que diz respeito à Administração Local e ao Setor Empresarial Local foram identificados, à data de 30 de junho de 2016, 12 738 trabalhadores enquadrados por Contratos Emprego Inserção e Contratos Emprego Inserção +, 1 048 estagiários enquadrados pelo regime jurídico do programa de estágios profissionais na administração local (PEPAL) que consta do Decreto-Lei nº 166/2014, de 6 de novembro, 5 772 prestadores de serviços (os designados recibos verdes), 4 532 contratos a termo resolutivo na Administração Local e 2 149 no setor empresarial local.

Com o referido Relatório estabeleceu-se também que a Direção-Geral da Administração Local (DGAL) deveria proceder a um levantamento junto das autarquias locais, até 31 de outubro de 2017, das funções desempenhadas ao abrigo dos instrumentos de contratação a que se referia o mencionado documento.

Em dezembro de 2017, foram conhecidos os dados reportados à DGAL, nos quais os organismos da administração local reconheciam haver 15.758 trabalhadores precários a assegurar funções permanentes, dos quais cerca de metade (46,6%) são desempregados com contratos financiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). O número - indicado pelas câmaras, juntas de freguesia, empresas locais, serviços municipalizados e entidades intermunicipais - representa 14% do total de trabalhadores do sector local.

O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) é, mais do que uma oportunidade, um repto para que finalmente sejam respeitados os direitos mais elementares dos trabalhadores que garantem os serviços públicos. Todos os organismos públicos, na Administração Central ou Local, são chamados a cumprir a lei, regularizando as situações de precariedade.

ANEXO III

A Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, prevê os procedimentos do processo de regularização e integração dos trabalhadores precários do Estado, em que se incluem as autarquias locais e os seus diversos organismos: Câmaras Municipais, Serviços Municipalizados, Entidades Intermunicipais, Empresas Locais, Juntas de Freguesia.

Ora, tendo esta Câmara Municipal respondido, em outubro passado, ao inquérito realizado pela parte da Direção-Geral da Administração Local, trata-se agora de concretizar a regularização de todas essas situações, dando cumprimento a um objetivo da maior importância: o restabelecimento da normalidade no que às relações laborais no setor público diz respeito.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Flor, reunida a 26 de fevereiro de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Vila Flor:

1) A divulgação, num prazo máximo de 3 dias, dos dados remetidos pela Câmara Municipal à Direção Geral da Administração Local relativos à existência de vínculos precários na autarquia, discriminando o tipo de vínculo, a categoria profissional e as funções desempenhadas;

2) A implementação de um processo de regularização de todos os vínculos precários existentes na autarquia, recorrendo aos mecanismos previstos no PREVPAP e conforme previsto no nº 3 do artigo 2º da Lei nº 112/2017;

3) Na execução do processo de regularização, deve a Câmara prever, conforme previsto no nº 5 do artigo 3º daquele diploma:

a) uma fase para apresentação de requerimentos pelos interessados, aberto a todos os trabalhadores com vínculos precários, com vista a requerer a sua inclusão no processo;

b) a definição de uma comissão paritária, composta por representantes da Câmara Municipal e dos trabalhadores, com a missão de avaliar as situações a regularizar. Esta comissão deve debruçar-se sobre os casos que resultam da apresentação de requerimento e outros que sejam sinalizados por algum dos seus membros;

c) um prazo máximo de 2 meses para análise dos processos e abertura dos procedimentos concursais que possam ter lugar;

4Até à conclusão do processo de regularização, travar o despedimento de todos os trabalhadores em situação de precariedade, renovando ou impedindo a cessação de qualquer vínculo não permanente e que possa ser apreciado para regularização.

Deputado Municipal,

_____

ANEXO IV

Gmail

Camilo Carvalho <quintadocaunho@gmail.com>

Assembleia - 26 Fevereiro 2018

1 mensagem

bertavilhena@gmail.com <bertavilhena@gmail.com> 26 de fevereiro de 2018 às 11:06
Para: quintadocaunho@gmail.com

Assembleia - 26 Fevereiro 2018

Ex mos Senhores

Ao ler as atas relativas às Assembleias em que, lamentavelmente, estive impedida de comparecer, anotei com atenção e interesse as diferentes intervenções efetuadas e muito particularmente as que se referem ao plano de ação para a vigência do mandato escrutinado e recentemente assumido.

Vila Flor tem promovido um inegável processo de avanço e progresso. Persistiu, na intervenção do Senhor Presidente da Câmara a sua intenção de avançar com os projetos de melhoramento do regadio na Vilariça e a construção de uma Barragem em Freixiel / Vieiro. Felizmente e a coadjuvar os estudos, a preparação delineada e a insistência junto do poder central, já foi anunciada publicamente, a atribuição dos montantes solicitados, para suas concretizações.

Afirmou o Senhor Presidente - " olharei a Agricultura como vetor essencial ao nosso desenvolvimento e nunca descurarei as infra-estruturas ... " Que assim seja, senhor Presidente !
Levantemos o estandarte do nosso trabalho pelo maior e melhor apoio possível, acompanhando e ajudando as nossas Gentes,
que labutam pela terra e dela se alimentam.
Freixiel/ Vieiro, no recente ato eleitoral, alertada para o trabalho já efetuado e pelo empenho desenvolvido, ao depositar maioritariamente o seu voto em suas mãos Senhor Presidente,
votou pelo futuro da sua Terra. Votou pela água, fonte de abundância e pão, geradora de desenvolvimento, progresso e vida. Votou pela construção da sua nova " Barragem das Olgas" e consequentes regadios de Freixiel e Vieiro.

Lançando " a ponte " para o projeto de mobilidade turística e quotidiana do Vale do Tua e para o desenvolvimento do seu Parque Natural, graças à intervenção da Autarquia, Freixiel ficou apenas a 5km do leito do Rio. São já significativas as caminhadas e visitas à nossa Aldeia e por isso urge, para residentes e passantes, melhorar o esforço reconhecido que já foi feito e criar o necessário tapete rodoviário, com verba de pouca monta. A complementar, tendo como pano de fundo a morfologia do solo, a exuberância da flora e da fauna locais, urge igualmente criar um pequeno espaço de lazer e descanso, entre a margem do rio e Freixiel, como convite a passeio, espaço de sossego e entretenimento para adultos e crianças.

Por outro lado, deixo um alerta à Administração do Parque Natural do Vale do Tua - a urgência imediata da concretização de um plano de ordenamento global, para defesa de incêndios e contra predadores do meio ambiente e dos recursos da Natureza. Para além da instalação de outros meios indispensáveis, será necessária a criação de, pelo menos, dois " guardas - vigia " por cada um dos cinco Concelhos e fundamentalmente será necessária a sensibilização das populações para o seu envolvimento na defesa do património global.

Apesar dos avanços conquistados, todos conhecemos o travão de uma burocracia pesada e morosa que quando interdependente, como é o caso, agrava ainda mais a decisão na resposta e provoca estagnação no curso dos projetos.

Muito é o que está feito!
Muito clama ainda por conclusão... e rápida !

A seca, como todos sabemos, tem sido severa. Desloquei - me ao Tua subindo a margem direita, até ao Vieiro. Da ponte e da velha gare retive uma realidade que me fez entristecer! Muito !
A situação hídrica é má. Pouca água e a escassa que, das ribeiras chega a caminho da Albufeira vem conspurcada denunciando mais do que, o produto dos detritos normais da Natureza ...dejetos provenientes de descargas ...
A Estação de Caminho de de Ferro de Abreiro ...abandonada , suja, vandalizada ...apresenta um aspeto deprimente...(junto fotos).
Os testes da locomotiva terão começado a 19 deste mês ...
Será esta a " sala de visitas " para a inauguração dos novos serviços ?
Estará ainda por resolver a questão da propriedade da estação e da entidade a quem caberá a coordenação e gestão do Caminho de Ferro ?
Com a diversidade de novos materiais de fácil utilização e bons efeitos, será uma rápida empreitada a recuperação

ANEXO IV

de algo que nunca deveria ter sido abandonado.

E ... dado o relacionamento amigável das cinco Câmaras envolvidas e nomeadamente entre Vila Flor e Mirandela, será a altura de corrigir a placa de identificação da nossa Estação, para :

VIEIRO - ABREIRO ?

Vila Flor é uma terra hospitaleira por natureza. Quem chega, rende - se.
Esperemos que, quem nos procurar brevemente, por combóio, com o objetivo de passar umas horas, ou uns dias, entre nós, encontre uma simpática estaçãozinha limpa e florida com indicações úteis, entre as quais, a de facilidade de contactos com transportes para os locais a visitar.

Senhor Presidente, questões de desenvolvimento e projetos de grande interesse como aqueles de que o Senhor é o " timoneiro" e eu aplaudo, exigem informação e participação daqueles a quem se destinam. Não basta a porta do Gabinete franqueada, aliás como sempre está. Os nossos eleitores gostam e têm o direito de o ver regularmente nas suas Terras , elucidando, verificando fases dos processos em curso, sensibilizando e escutando.

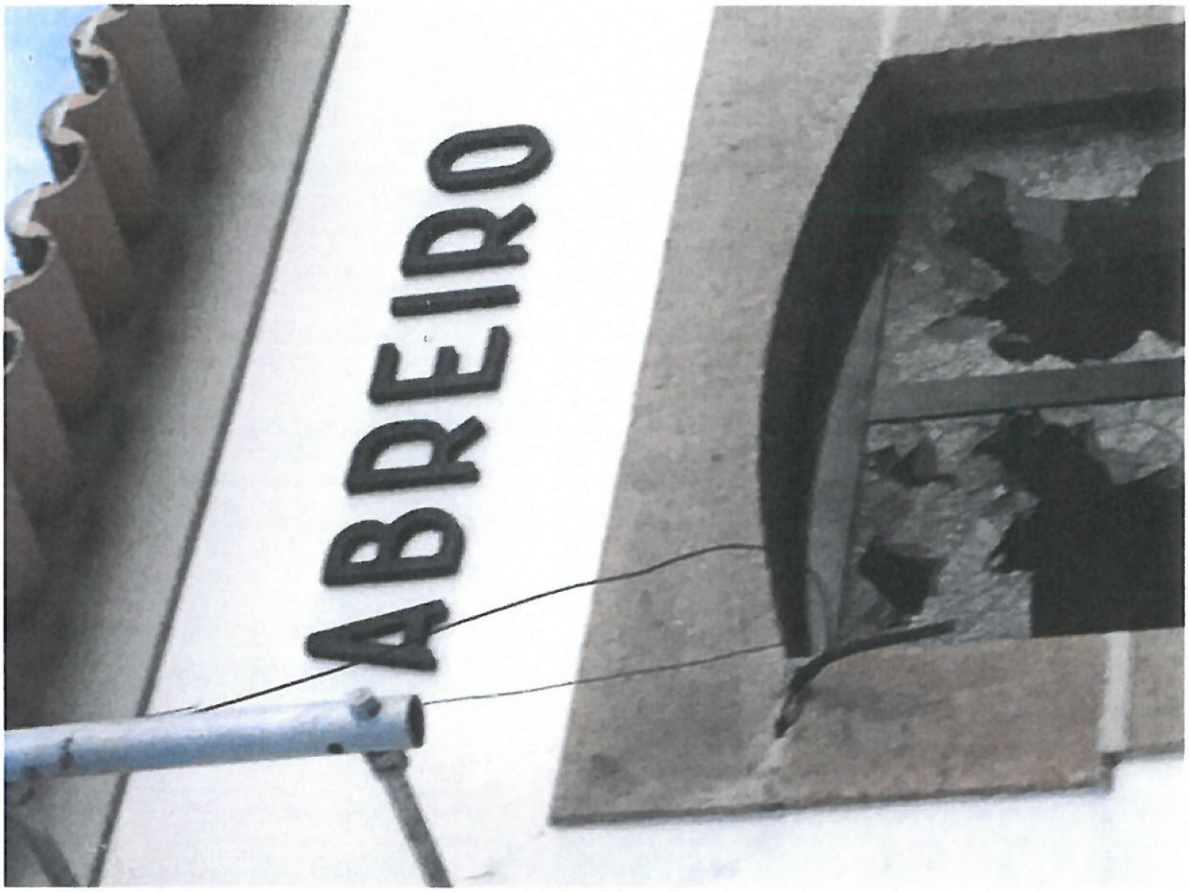
Muito obrigada pela Sua e Vossa atenção

Berta Vilhena de Carvalho
Vila Flor, 26 de fevereiro de 2018

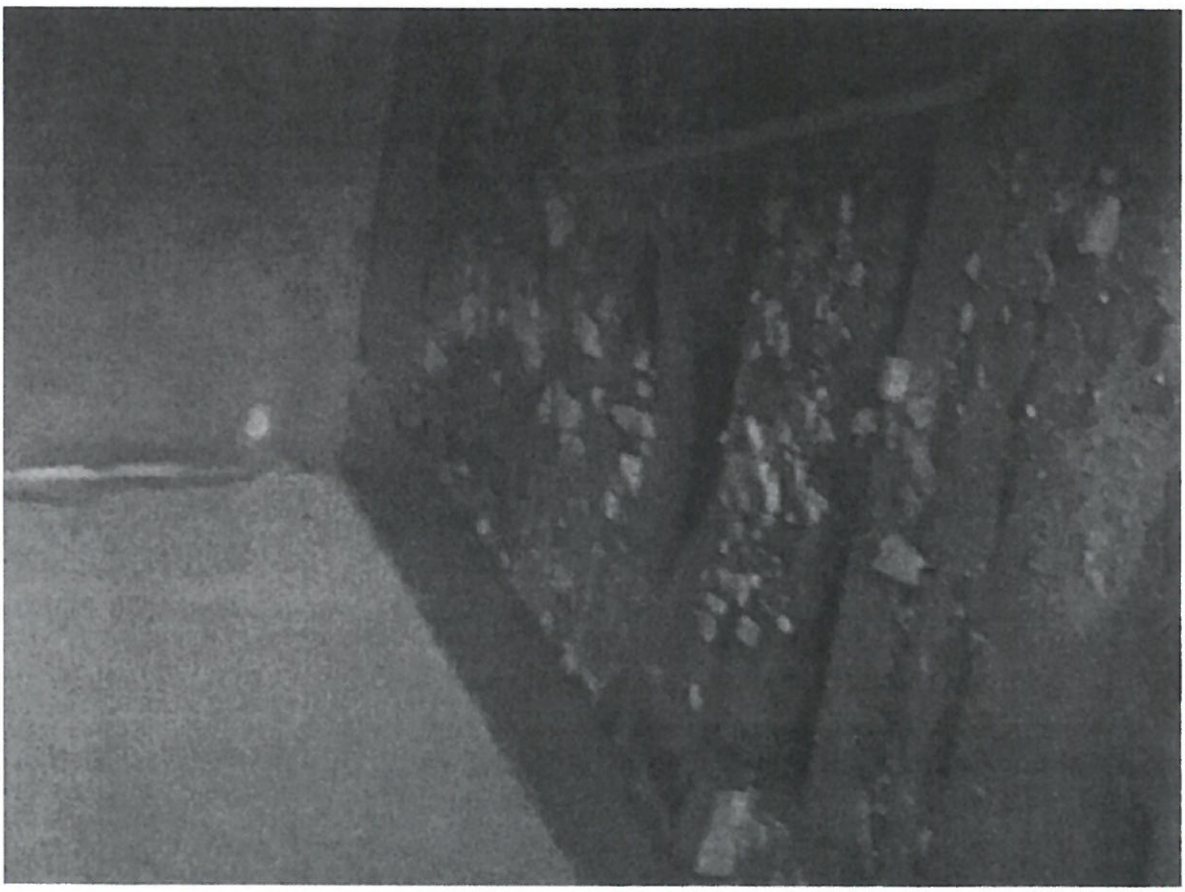
Enviado do meu iPad

Anexo : 10 fotografias

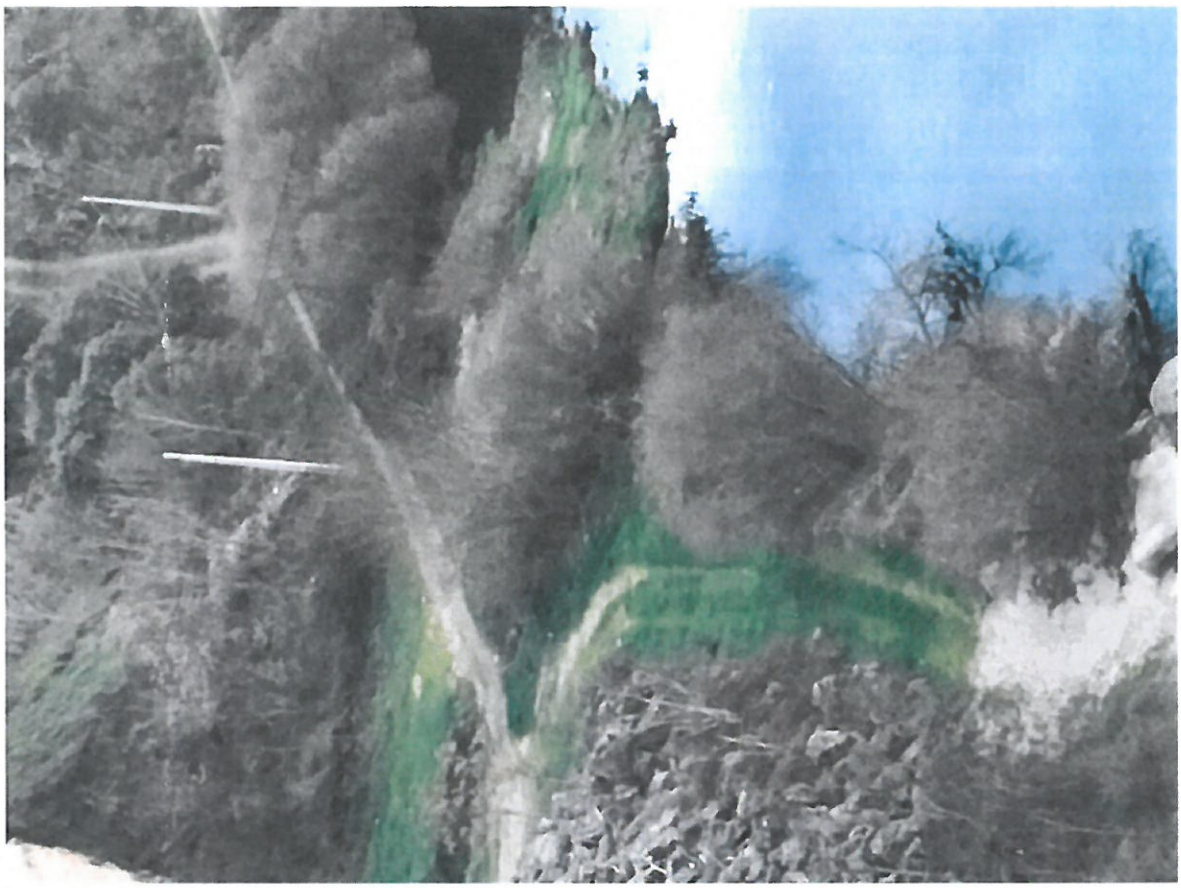
ANEXO IV

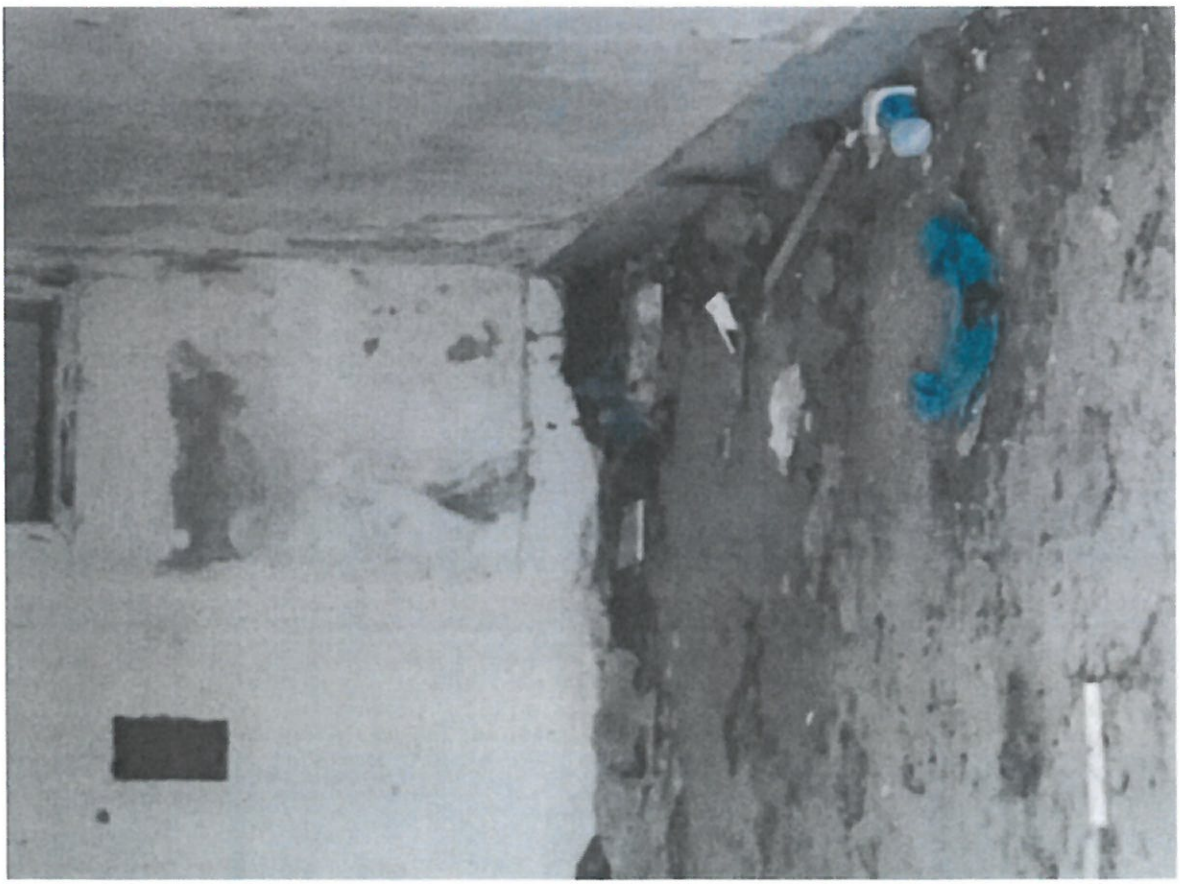


ANEXO IV

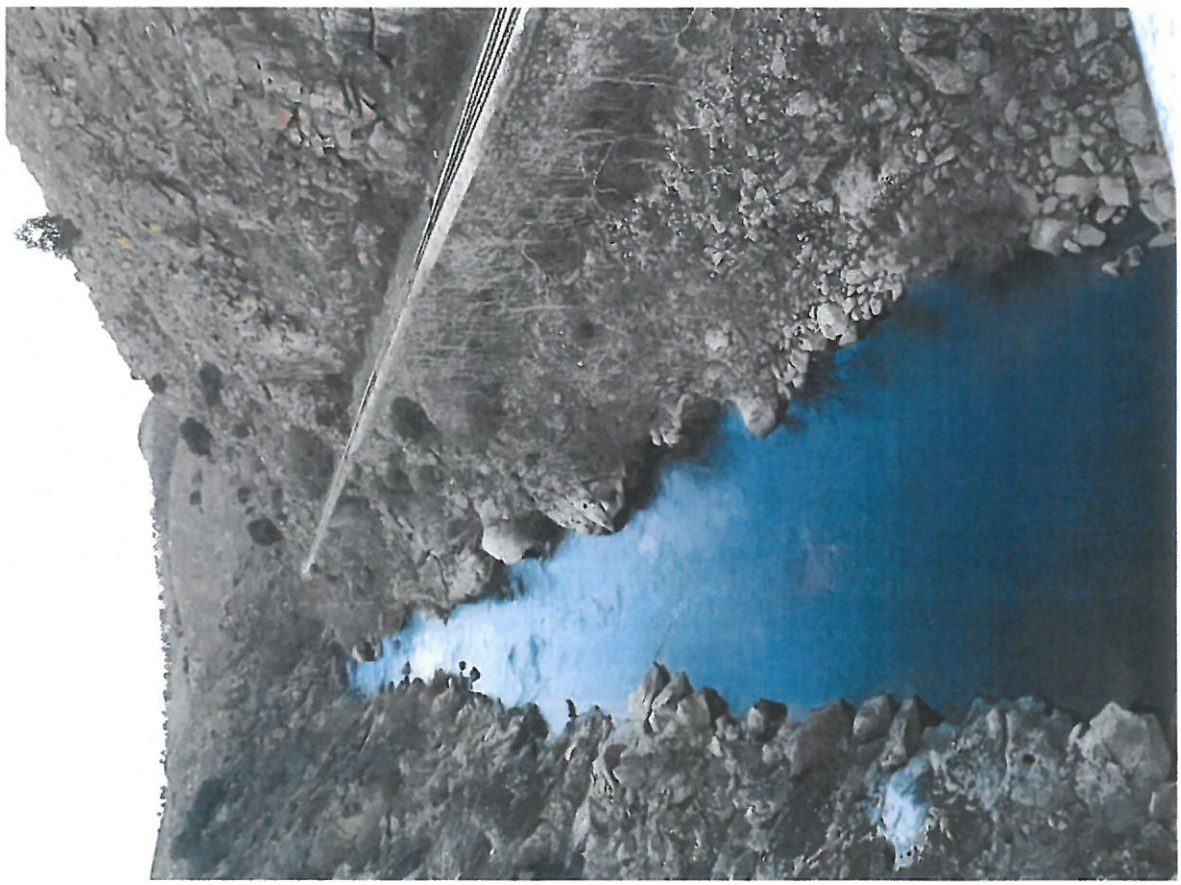


ANEXO IV





ANEXO IV



ANEXO IV

ANEXO V

MUNICÍPIO DE VILA FLOR

INFORMAÇÃO

Considerando os encargos plurianuais aprovados pela Assembleia Municipal, ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, informa-se, que até 23/2/2018, foram efetuados os seguintes pagamentos (Valores com IVA incluído):

COMPROMISSO	EMPRESA	TOTAIS
Revisão de Projecto do Plano Director Municipal de Vila Flor	Leiras do Carvalhal, Serviços de Turismo e Produtos Agrícolas, Lda.	52.748,56 €
Transportes Escolares - Circuitos n.º 3 - Ano Letivo 2017/2018	Auto Central Carrazedense, Lda.	1.164,25 €
Transportes Escolares - Circuitos n.ºs 5 e 6 e de Alunos com Necessidades Educativas Especiais - Ano Letivo 2017/2018	Sociedade de Transportes Carrazeda Vila Flor, Lda.	8.400,07 €
Transportes Escolares - Circuitos n.º 7 - Ano Letivo 2017/2018	Horácio Luís de Castro	1.210,00 €
Transportes Escolares - Circuitos n.º s 1 e 2 - Ano Letivo 2017/2018	Basílio de Deus Sousa & C.ª, Lda.	3.253,15 €
Transportes Escolares - Circuito n.ºs 4 e 8 - Ano Letivo 2017/2018	Terraplanagens Mourão, Lda.	3.249,17 €
Transportes Escolares - Circuito n.º 9 - Ano Letivo 2017/2018	Auto Central Vilaflorense, Lda.	1.372,20 €
Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares – Ano Letivo 2017/2018	ICA - Indústria Alimentar, SA	13.887,64 €
Fornecimento de Energia Eléctrica para as Instalações Alimentadas em Baixa Tensão Normal do Município de Vila Flor (Pagamentos de 2018)	EDP Comercial - Comercialização de Energia, SA	48.577,41 €
Fornecimento de Gás ao Pavilhão Gimnodesportivo e à Central de Camionagem (Pagamentos em 2018)	Dourogás Propano	902,15 €
Contrato de Prestação de Serviços para o GIP – Gabinete de Inserção Profissional (Pagamentos em 2018)	Joana Martinha Olmo Teixeira	1.160,00 €
		135.924,60 €

ANEXO V

MUNICÍPIO DE VILA FLOR

Vila Flor, 26 de fevereiro de 2018.

O Presidente da Câmara,

(Eng.º Fernando Francisco Teixeira de Barros)